



**COMPANHIA ABERTA**  
 CNPJ 04.913.711/0001-08  
 NIRE 15300000114  
 Avenida Presidente Vargas, nº 251, Bairro  
 Campina | CEP 66.010-000 – Belém-Pará

**Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária**  
 Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas do  
 Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório  
 da Administração.



As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, adotando-se 3 critérios: Critério 1 Chance considerada como remota de perda, onde não são provisionados valores relacionados à ação; Critério 2 Chance possível de perda, onde são provisionados 50% dos valores relacionados; Critério 3 Chance provável de perda, no que se provisiona 100% dos valores relacionados.

A administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Probabilidade de Perda	Trabalhista (b.1)	Cível (b.2)	Fiscais e previdenciários (b.3)	31.12.10	31.12.09
Provável	3.166	3.509	1.904	8.579	10.633
Possível	312	5.611	804	6.727	6.970
<b>Total</b>	<b>3.478</b>	<b>9.120</b>	<b>2.708</b>	<b>15.306</b>	<b>17.603</b>

#### b.1) Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

#### b.2) Processos Cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

#### b.3) Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O BANPARÁ vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazo, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 31 de dezembro de 2010, são:

- **CPMF - R\$1.864 mil** - Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de Declarações relacionadas à CPMF. No mérito é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **INSS - R\$376 mil** - Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar visando afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o Abono Único concedido pela Convenção Coletiva de Trabalho 2003/2004. A tese do banco tem como fundamento a natureza não salarial do abono concedido, o que afasta a incidência de contribuição previdenciária. A tese tem amparo na pacífica posição jurisprudencial sobre o assunto.

- **ITR - R\$41 mil** - Trata-se de Execução Fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de Execução Fiscal já em curso. Os accertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do accertamento definitivo da CDA (Certidão de Dívida Ativa). A tese tem

respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU - R\$427 mil** - Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém - PA visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário tendo em conta que o banco já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos pelo banco.

#### b.4) Cessão de Crédito Rural com Coobrigação:

Trata-se de provisão constituída para fazer face a possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo Banco à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de Alongamento de dívidas originárias do Crédito Rural.

#### c) Movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
<b>No início do exercício</b>	<b>6.432</b>	<b>8.208</b>	<b>3.390</b>
Atualização monetária	610	2.287	444
Constituições/(reversões)	404	(87)	(433)
Pagamentos	(3.968)	(1.288)	(693)
<b>No final do exercício</b>	<b>3.478</b>	<b>9.120</b>	<b>2.708</b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 12.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do BANPARÁ.

Acionista	Total	% Total
· Estado do Pará	9.519.433	99,9767
· Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do BANPARÁ	768	0,0081
· Administradores	38	0,0004
· Outros	1.410	0,0148
<b>Total</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100</b>

### Ações em Circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações Não em Circulação <sup>1</sup>	Ações em Circulação <sup>2</sup>	Total de Ações	% Ações em Circulação
ON	9.519.471	2.178	9.521.649	0,0229

<sup>1</sup> Compreendem ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

<sup>2</sup> Total de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

### 12.2 Exigibilidades de Capital e Limites de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 31 de dezembro de 2010, conforme regulamentação em vigor:

Indicadores	31.12.10	31.12.09
<b>Patrimônio de Referência – PR</b>	<b>263.911</b>	<b>208.096</b>
Patrimônio de Referência Exigido – PRE	125.652	92.921
Índice de Basiléia	23,1%	24,8%
<b>Índice de Imobilização</b>	<b>15,2%</b>	<b>18,2%</b>
Margem de Imobilização	91.779	64.181